

I'm not a bot



O vereador Carlos Bolsonaro (PL-RJ) entrou em desespero após ser indiciado, nesta terça-feira (17), pela Polícia Federal no caso da "Abin paralela". O relatório final aponta Bolsonaro como líder da organização criminosa formada em 2019, após a ascensão de Ramagem, por influência de Carlos Bolsonaro, ao comando da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Por meio de suas redes sociais, Carlos Bolsonaro se vitimizou e afirmou, sem qualquer base na realidade, que "conversar virou crime" e chamou a PF de "canalhas". "O sistema não quer apenas te calar, ele quer te humilhar, te destruir e muito mais. Sigo fazendo tudo direito. Proven una única acusação que fazem há anos. Aqui não, canalhas!", disparou Carlos Bolsonaro. Em seguida, o vereador afirmou que, "no Brasil 'democrático', até conversar virou crime. O tempo todo temos de nos privar do contato com pessoas bacanas e que querem o melhor para o Brasil para evitar que elas também sejam perseguidas." "Sem tantas interferências indevidas na política e sem o clima de medo e autoritarismo que se instalou por aqui, o Brasil estaria em outro rumo e os corruptos que destruíram o país jamais teriam voltado à cena do crime para fazer com os aposentados a mesma coisa que fizeram com as estatais. Mas não podemos desistir, temos que seguir lutando por um Brasil mais livre e mais decente", concluiu Carlos Bolsonaro. PF indiciou Carlos Bolsonaro e Alexandre Ramagem por supostos crimes na "Abin Paralela". A Polícia Federal (PF) indiciou o filho "02" Carlos Bolsonaro (PL-RJ) e o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ), entre outros, ao concluir as investigações sobre a chamada Abin Paralela, um suposto esquema de espionagem para monitorar rivais políticos, potenciais adversários e desafetos que foi montado no Palácio do Planalto durante o governo do ex-presidente. O relatório final aponta Bolsonaro como líder da organização criminosa montada em 2019 a partir da ascensão de Ramagem, por influência de Carlos Bolsonaro, ao comando da Agência Brasileira de Informações (Abin). Segundo a PF, a organização criminosa também era composta por integrantes do chamado "Gabinete do Ódio", como Tércio Arnaud Thomaz e José Matheus Salles Gomes, conhecido como "Zueiro", além de policiais federais que foram afastados de suas funções. A lista de indiciados também incluiu Paulo Maurício Furtado, ex-diretor de operações da Abin, durante o governo Bolsonaro que no governo Lula assumiu a secretaria de Planejamento da Abin. Segundo investigadores, ele teria tentado obstruir as investigações e é apontado como o idealizador do uso da ferramenta "First Mile", um sistema de espionagem importado de Israel usado pela quadrilha. Além de outros indiciados, o atual diretor-geral da Abin, Luiz Fernando Corrêa, o chefe de gabinete do diretor, Luiz Carlos Nóbrega Nelson, e o atual corregedor da agência, José Fernando Moraes Chuy. Ex-número dois da instituição, o delegado Alessandro Moretti também foi indiciado. Próximo a Anderson Torres, ex-ministro da Justiça de Bolsonaro, Moretti foi mantido por Lula, mas afastado em janeiro de 2024 após busca e apreensão da PF. Ao todo, 35 pessoas foram indiciadas. ERRATA: Diferente do que foi informado anteriormente, o ex-presidente Jair Bolsonaro não foi indiciado pela Polícia Federal no caso da "Abin paralela". Embora a PF tenha indícios de autoria e materialidade que envolvem Jair Bolsonaro, o órgão entendeu que ele já foi indiciado por organização criminosa no caso da tentativa de golpe de Estado e, portanto, não poderia ser indiciado novamente, apesar de haver elementos que justificariam o indiciamento neste caso também. Comunicar erro Encontrou um erro na matéria? Ajude-nos a melhorar. É impossível que um ser humano que habite o planeta Terra não tenha visto o clipe ou ouvido, ao menos uma vez, a canção "We are the world", feita em 1985 pela maior constelação de astros da música americana jamais reunida. A canção, composta por Lionel Richie e Michael Jackson, se tornou rapidamente um dos maiores sucessos do mundo da música de todos os tempos. Faturou milhões em bilhões de dólares e a sua renda foi revertida para combater a fome na África. Nenhum dos participantes, desde os artistas, técnicos, músicos e até mesmo os cinegrafistas ganharam um tostão. Notícias Relacionadas O projeto, batizado de "USA do África", foi inspirado em outro comandado pelo cantor Bob Geldof e estrelado por artistas europeus para o Natal do ano anterior, chamado "Band Aid", que culminou com a gravação da canção "Do They Know It's Christmas?", de Geldof e Midge Ure. Quem vê o clipe ou ouve "We are the world", no entanto, não tem a menor ideia do trabalho que aquilo deu. Desde a logística para reunir toda aquela gente no mesmo estúdio, até a própria festa e missa. Notícias Relacionadas E é exatamente para contar toda a história que acaba de ser lançado na plataforma Netflix o documentário "The Greatest Night in Pop", dirigido por Bao Nguyen. Como um passe de mágica, imagens de arquivos e relatos descrevem o passo a passo, desde a ideia do cantor Harry Belafonte, até seu lançamento e transmissão mundial via satélite, que atingiu um bilhão de pessoas, segundo estimativas da época. Todos na mesma noite O primeiro e maior desafio do produtor Ken Kragen era conseguir reunir todo mundo na mesma noite. Para tal, ocorreu um golpe de sorte. Na noite de 28 de janeiro de 1985 ocorreria em Hollywood o Prêmio da Música Americana. A maioria deles estaria na cidade em uma mesma noite. E tudo teria que acontecer naquela noite, as gravações da canção e do clipe. E assim foi feito. A quem não é familiarizado com gravações, é bom lembrar que disco algum, já há várias décadas, é feito em apenas uma sessão de estúdio. Muitos deles são feitos em várias sessões, entre outros, Michael Jackson, Lionel Richie, Bob Dylan, Ray Charles, Stevie Wonder, Cindy Lauper, Diana Ross, Paul Simon, Bruce Springsteen, Harry Belafonte, Kenny Rogers, Tina Turner, Billy Joel, Dionne Warwick, Willie Nelson entre outros tantos. Todos eles regidos pelo megaprodutor Quincy Jones. O que ocorre é que o clipe é feito dentro do estúdio, é pura magia. E é exatamente para contar essa história que acaba de ser lançado na Netflix o documentário "The Greatest Night in Pop", dirigido por Bao Nguyen.

nagia e um deleite para fãs. A maneira como foram gravadas as vozes, desde o coral do refrão até as partes individuais, revelam os talentos e fraquezas de cada um. A cena antológica de Stevie Wonder imitando a voz de Bob Dylan para mostrar como ele deveria cantar sua parte, o empenho de Michael Jackson em gravar seus solos, a aldeança de Lionel Ritchie com os cantores, os papelões de Madonna e Prince que não apareceram, enfim, está tudo ali. O documentário chega a mostrar as pausas para lanches no decorrer da madrugada (a gravação acabou às 8h da manhã), a bebedeira do cantor Al Jarreau, conversas aleatórias etc. Uma das cenas mais emocionantes é quando o diretor faz questão de homenagear Harry Belafonte, o autor da ideia, e cantam em coro seu sucesso Banana Boat (Day-O). Ao final, uma das cantoras é pega chorando. Perguntada sobre o que teria ocorrido, ela diz: "não queria que tivesse acabado", traduzindo exatamente o sentimento do espectador. Veja o trailer abaixo: O corpo da publicitária Juliana Marins, quem morreu durante uma trilha no vulcão Rinjani, na Indonésia, está passando por uma nova autópsia no Instituto Médico Legal (IML) Afrânia Peixoto, no Centro do Rio de Janeiro, na manhã desta quarta-feira (2). A decisão pela reanálise do corpo foi tomada após a família contestar o laudo emitido pela autoridade indonésia. A necropsia está sendo conduzida por peritos da Polícia Civil fluminense, com a presença de um perito da Polícia Federal e de um representante da família. O legista e professor de medicina legal Nelson Massini foi contratado pelos parentes para acompanhar todo o procedimento técnico. A reautópsia foi autorizada pela Justiça Federal, após solicitação feita pela Defensoria Pública da União (DPU), que apontou lacunas no laudo original produzido na Indonésia. Segundo a defensora Taísa Bittencourt Leal Queiroz, responsável pelo pedido, a nova análise busca esclarecer a causa exata da morte e o momento em que ela ocorreu, pontos considerados obscuros no relatório anterior. "Precisamos saber se a necropsia que ele fez foi bem feita. Me pareceu que o hospital não dispõe de tantos recursos assim", declarou Manoel Marins, pai de Juliana, em entrevista ao RJ2. Laudo sob questionamento Juliana Marins faleceu após uma queda durante uma trilha no Monte Rinjani, localizado na ilha de Lombok, na Indonésia. O primeiro exame no corpo da brasileira foi feito na última quinta-feira (26), em um hospital na ilha de Bali, para onde o corpo foi levado após o resgate. De acordo com o médico legista local, Ida Bagus Putu Alit, Juliana morreu em consequência de múltiplas fraturas e lesões internas. Segundo ele, a vítima não sofreu hipotermia e teria sobrevivido por cerca de 20 minutos após sofrer o trauma. "Os indícios mostram que a morte foi quase imediata. Por quê? Devido à extensão dos ferimentos, fraturas múltiplas, lesões internas — praticamente em todo o corpo, incluindo órgãos internos do tórax. [Ela sobreviveu por] menos de 20 minutos", declarou o legista durante coletiva de imprensa no saguão do Hospital Bali Mandara, na sexta-feira (27). A divulgação do laudo, no entanto, gerou revolta na família da jovem. A irmã de Juliana, Mariana Marins, criticou o fato de a coletiva ter sido feita antes de os familiares tomarem conhecimento formal do conteúdo do exame. "Caos e absurdo. Minha família foi chamada ao hospital para receber o laudo, mas, antes que eu estivesse em acesso a esse laudo, o médico achaou

inquérito para investigar as circunstâncias da morte de Juliana. O objetivo é aprofundar a apuração do que realmente ocorreu no Parque Nacional do Monte Rinjani, onde a brasileira sofreu a queda fatal. Com a nova análise em andamento no Brasil, a família espera obter respostas mais claras e técnicas sobre a morte de Juliana — e justiça para o que consideram uma sucessão de erros e descasos no exterior. Comunicar erro Encontrou um erro na matéria? Ajude-nos a melhorar Algumas pessoas podem até discordar da dimensão do legado de Nelson Mandela, mas é inegável que ele foi uma das figuras históricas mais influentes do século XX. Liderou a luta contra o apartheid na África do Sul. Mandela passou 27 anos preso e, ao ser libertado em 1990, tornou-se símbolo global de resistência, reconciliação e justiça. Faleceu em 2013, aos 95 anos, cercado de homenagens em todo o mundo. Notícias Relacionadas Só tem um detalhe: muita gente jura de pés juntos que ele morreu na prisão, ainda na década de 1980. De onde vem essa memória tão vívida — e equivocada? Notícias Relacionadas A indústria do 11 de setembro A explicação mais conhecida vem da pesquisadora paranormal Fiona Broome, que, após ouvir diversos relatos semelhantes em conferências e fóruns online, cunhou o termo "Efeito Mandela" para descrever esses fenômenos de falsas memórias coletivas. O que é o Efeito Mandela? Desde então, o termo se espalhou pela internet e passou a representar aquelas situações em que um grande número de pessoas compartilha lembranças incorretas sobre fatos históricos, eventos culturais ou detalhes da vida cotidiana. O fenômeno levanta debates sobre a falibilidade da memória humana, o papel da mídia e até mesmo teorias mais especulativas, como viagens entre dimensões paralelas — embora não haja evidência científica que sustente essas hipóteses mais radicais. Abaixo, confira alguns dos exemplos mais conhecidos (e curiosos) do Efeito Mandela: 1. O episódio interrompido de Dragon Ball Z Aterrador (Foto: Reprodução de vídeo) Muitos brasileiros afirmam lembrar de um momento em que estavam assistindo a Dragon Ball Z na TV aberta, quando de repente o episódio foi interrompido por um plantão da Globo noticiando os atentados de 11 de setembro de 2001. O detalhe é que essa lembrança nunca aconteceu: o desenho sequer estava em transmissão naquele horário. É provável que a confusão venha da associação emocional do evento com programas assistidos na infância — ou da fusão de memórias diferentes. 2. A cauda do Pikachu Pikachu (Foto: Reprodução de vídeo) Entre fãs de Pokémon, uma memória recorrente é a de que o personagem Pikachu tem a ponta do rabo preta. Mas isso é falso. A cauda de Pikachu é totalmente amarela, com exceção da fêmea, cuja ponta tem um formato de coração — mas nunca foi preta. Apenas as orelhas do personagem possuem pontas escuras. Mesmo assim, a imagem com a cauda preta é tão comum na mente de muitos fãs que alguns chegam a duvidar da versão oficial. 3. "Espelho, espelho meu..." A frase cônica associada à Rainha Má do clássico da Disney Branca de Neve e os Sete Anões (1937) é outra vítima do Efeito Mandela. Muita gente cita: "Espelho, espelho meu, existe alguém mais bela do que eu?" — mas essa frase nunca foi dita no filme original. A fala correta é: "Magic mirror on the wall..." (em português: "Espelho mágico, meu espelho..."). A versão errada se popularizou tanto que até foi repetida em outras mídias, reforçando a falsa memória. 4. A medalha olímpica de Daiane dos Santos Daiane dos Santos (Foto: Reprodução) No Brasil, um caso muito citado é o de Daiane dos Santos, ginasta que marcou época com apresentações históricas e inovadoras. Muita gente acredita que ela ganhou uma

medalha nas Olimpíadas, mas isso nunca aconteceu. Daiane brilhou em campeonatos mundiais, sendo medalha de ouro no Mundial de Anaheim 2003 e foi pioneira no esporte, mas não chegou ao pódio olímpico. Ainda assim, sua presença de destaque e a admiração pública geraram uma memória coletiva de vitória que, embora emocionalmente compreensível, não corresponde aos registros oficiais. 5. "Looney Toons" ou "Looney Tunes"? Outra confusão clássica vem dos desenhos animados da Warner Bros. Muitas pessoas lembram do nome como "Looney Toons" (com dois "o", como em "cartoons"). No entanto, o nome verdadeiro é "Looney Tunes", fazendo referência à música ("tunes", em inglês). A associação visual com "cartoons" provavelmente ajudou a criar e perpetuar a grafia incorreta na memória coletiva. Mas por que isso acontece? Do ponto de vista psicológico e neurológico, o Efeito Mandela pode ser explicado por falhas naturais do processo de formação e recuperação da memória. Nossas lembranças são construídas com base em fragmentos, associações e, muitas vezes, influenciadas por outras fontes — como filmes, conversas, redes sociais ou repetições culturais. À medida que esses fragmentos se misturam, a mente preenche lacunas com suposições plausíveis, que podem se consolidar como "memórias" reais. Esse tipo de erro é chamado de falsa memória e é mais comum do que se imagina. O fenômeno se torna especialmente poderoso quando muitas pessoas compartilham a mesma lembrança incorreta — o que pode acontecer quando há alta exposição midiática, nostalgia coletiva, ou simples erro de repetição social. O Efeito Mandela nos lembra que nossa memória é malleável, influenciável e nem sempre confiável. Mais do que isso, mostra como narrativas compartilhadas — reais ou não — moldam a nossa percepção do mundo. Às vezes, lembrar errado é só uma curiosidade da mente humana; outras vezes, pode reescrever a própria história. Em mais uma demonstração de bom humor e sarcasmo, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, reagiu à promessa do deputado português André Ventura, líder do partido de extrema-direita Chega, que anunciou uma "investigação própria" sobre a atuação, patrimônio e rede de interesses do magistrado em Portugal. Em entrevista ao Metrópoles, Gilmar expôs como várias insinuações que surgiram em torno do evento que realizou todos os dias em Lisboa, apelidado de Gilmarpalooza, e que reúne representantes dos três Poderes e empresários brasileiros na capital portuguesa. O ministro foi direto: "Recebo (a ameaça) com extremo bom humor. Passamos por vários momentos em 13 anos do fórum. Já disseram que era o 'Fórum do impeachment da Dilma', por que tinham pessoas impacientantes do impeachment. Um professor fez uma manifestação lá na porta. Agora vem esse episódio." Sobre a atuação política de Ventura, o ministro ainda apontou quem estaria verdadeiramente por trás do estardalhaço anunciado pelo parlamentar luso. "Segundo me informam, seria um apelido. Ele é o Lula do Brasil, esse herói que está nos Estados Unidos e que dizia que, com um cabo e um soldado, ele iria fechar o Supremo." Sobre o evento, Gilmar também comentou o apelido, que é uma analogia ao gigantesco festival que reúne estrelas do rock Lollapalooza. "Eu acho graça, bem-humorado. É mais do que um evento do Gilmar, é um evento que parte com a Universidade de Lisboa, a FGV e muita gente que colabora. São mais de três mil inscritos e 400 palestrantes em 50 painéis." Quem é André Ventura Finório, oportunista e sempre em busca de holofotes, André Ventura lidera o Chega, partido que se tornou a segunda maior força no parlamento português. Ventura expandiu sua retórica populista, demonizando imigrantes e,

o processo de construção da democracia. O exercício livre e soberano do poder político de cada cidadão e cidadã, que é seu direito, de escolher pelo voto quem deve assumir o poder de decisão no Legislativo e no Executivo da República. Uma democracia que começa com esse princípio é muito má. Na verdade, só é democracia se esse princípio é respeitado. A República quem tem enganado os eleitores sobre suas verdadeiras intenções políticas, e começo sua vida pública roubando o poder dos eleitores. Quem poderá detê-lo depois? No enfrentamento do problema, esse mesmo Código institui também o voto secreto e a Justiça Eleitoral, à qual caberia, entre outras, a de coibir a compra de votos. Mas os códigos e leis eleitorais subsequentes, ao longo do século, repetiram praticamente essa tipificação, só mudando o número do artigo a ela referido: nem o primeiro nem os seguintes deram ao novo organismo de justiça os meios legais de que precisava para bem cumprir sua função. E a prática de compra de votos foi se estendendo a candidatos e eleitores e se aperfeiçoando, até chegar nos dias de hoje - depois de ter se limitado modestamente a pequenos favores ou a bens como óculos e dentaduras e pagamento de contas atrasadas, ou compra de tijolos e cimento para terminar a construção de uma casinha - à entrega de cestas de presentes e de vestimentas e até diretamente dinheiro (como surpreendentemente tentou fazer o homem mais rico do mundo para ajudar a eleger Trump nas últimas eleições americanas...). Nossa drama é que, por ser insuficientemente denunciada como crime, é por meio dela que se elege a maior parte dos membros do Legislativo, em suas várias esferas - desde os que depois se acomodam no chamado "baixo clero", até os que chegam a ocupar posições de poder - com respingos na eleição dos Executivos e vice-versa. A prática da compra de votos foi, portanto, se acomodando e se espalhando pelo país todo, por falta de interesse em coibi-la por parte dos que dela se beneficiavam, com raríssimas exceções. As unidades por comprar votos e menos ainda por vendê-los. Ao mesmo tempo que iam aumentando os setores sociais mais carentes com direito a voto, a quem evidentemente mais se propunha comprar seu voto. Ou seja, ao mesmo tempo que avançava o processo positivo de expansão da democracia como direito ao voto, crescia paralelamente o "mercado" de eleitores que poderiam se interessar em vender seu voto para atender às suas carências. E evidentemente ninguém se preocupou muito em lhes proporcionar formação política, para que tomassem consciência do poder que passava a lhes ser atribuído e não o gastossem facilmente. Na verdade, as normas que coibissem a compra de votos dos mais pobres não eram de interesse dos que as fariam - os compradores de votos já eleitos. E as carências populares se tornaram, para eles, funcionais e necessárias, em contradição com suas promessas de diminuir-las quando eleitos. Desde outro ponto de vista, como os candidatos são de fato dependentes desse voto, essa prática induz o eleitor a usar seu poder de votar como a forma de conseguir logo o que precisa. Mesmo que assim reduza seu poder a uma simples moeda de troca, de valor às vezes diminuto, desvirtuando-o e o desvalorizando. Isso era melhor do que nada, depois do "comprador" ter sido eleito. Ou seja, a vitória facilitando a vida dos vitoriosos. Mas nessa transformação perversa, é a própria democracia, que se constrói sobre o exercício desse poder, que vai tendo cada vez menor valor e vai merecendo cada vez menos respeito. 3. Hoje, para a grande maioria do povo, o que significa de fato a democracia, que tanto defendemos? Nesse sentido uma campanha pela erradicação da compra de votos.

que a ridicularização dessa prática, mas os ridicularizados não deveriam ser, como se costuma fazer, os "vendedores", mas sim os "compradores", mostrados em sua feroz competição uns com os outros em torno da obtenção de mais votos com menos gastos. Visibilizando-se também a total desproporção entre o poder de quem compra e o poder de quem vende. A principal consequência desse processo foi a crescente deterioração da qualidade ética da maioria dos eleitos - voltados quase unicamente para o atendimento de seus interesses pessoais. E por isso será preciso literalmente erradicá-la de nossa vida política. Será necessário que sejam feitos esforços áfílos, desejando que existam eleitores necessitados para se comprar seus votos e se tenha bastante dinheiro para isso. E ao mesmo tempo ficou difícil ou mesmo impossível para quem não o tenha, mesmo quando capaz de fazer belos discursos e lindas promessas, e ainda que tenha um passado de atuação política e social conhecida e vinculada ao eleitorado, não vivemos num mundo de ingênuos, apesar de o sermos, muitos. E para os mais espertos conseguir sempre mais dinheiro é quase uma exigência do mundo em que vivemos todos, imerso na lógica e na cultura do sistema capitalista. E nesse mundo, "descobrir oportunidades" para obter dinheiro é condição de sobrevivência, para o pobre e para o rico. Ora, o exercício da política é altamente remunerado - com nível e gastos fiscais decididos por eles mesmos - e há uma enorme potencialidade de ganhos "por fora", pelas intermediações em negociações de alto valor em obras e atividades do governo. Ou seja, a atividade política é de fato amarrada a interesses, com muitos bônus e poucos ônus. Os mais espertos logo perceberam, então, que "entrar na política" é o melhor dos caminhos para realizar rapidamente seus reais objetivos. E a "compra de votos" abriu grandes porteiras para entrar fácil e rapidamente nesse mundo, com baixíssimos riscos também porque esse é um crime que conta com muitos de impunidade. E uma vez lá dentro o espírito de corpo os protegerá ainda mais, além de contarem com uma grande equipe de auxiliares nas mais diversas funções, desde as mais técnicas no exercício do mandato conquistado até as que lhe assegurem reeleições sucessivas e a entrega de seu "capital político" a sucessores, inclusive familiares. Pode haver até contas ao longo desse processo, com parte dos salários de seus auxiliares, cujo valor eles mesmos definiram, por meio das hoje famosas "rachadinhas". Não é atoa, portanto, que a sabedoria popular diz tranquilamente, referindo-se aos vereadores nas cidades pequenas: "entrou pobre e saiu rico". Mas o povo nem chega a imaginar os valores manipulados anônimos, os mais altos de poder político. É bem evidente que isto não é o que se passa com todos os eleitos. Muitíssimos entram para a política com objetivos mais nobres, por terem sido formados na sua ação política desde a juventude com a noção de política como serviço à sociedade. E passam hereticamente a ser bátrachos de decisões políticas dos parlamentares com os mesmos que já enfrentaram, em total desigualdade de recursos e métodos, na luta pelos votos que os elegeram. Quando este "abnegado" conseguirão se associar com outros de mesmo tipo para constituir maiorias, em vez de cumprirem as funções desanimadoras das minorias? E quanto aos oportunistas e aproveitadores, eleitos "comprando votos" dos desavisados e carentes, cumprirão quase burocraticamente sua função de "inchar" bancadas majoritárias contra o povo, quando também não aproveitem para vender seus próprios votos como parlamentares aos que comandam essas bancadas... Por isso tudo a atenção central que damos a este texto: "crime da compra de votos". Eles não são os唯一os que cometem desigualdades sociais, mas também comparam a corrupção de um sistema mais justo e mais equitativo. A justiça não é deles, é de todos os eleitores, afastando negociações e corrupção das estruturas e instituições.

apenas mantém as desigualdades sociais, mas também compromete a capacidade de renovação política e a construção de um sistema mais justo e representativo. A perpetuação desse ciclo cria um ambiente onde o poder econômico domina as disputas eleitorais, afastando possíveis lideranças comprometidas com mudanças estruturais e afastando o foco das reais necessidades do povo, em prol somente de interesses individuais dos próprios políticos e seus clãs e dos interesses que eles apoiam. 4. Segundo Charles Péguy, poeta francês do começo do século passado, sempre cabe. Em poema escrito alguns anos antes de ser morto na guerra de 1914-18, ele disse que a virtude da esperança era uma menininha frágil, ao lado de suas irmãs Fé e Caridade, mas era imortal. Assim é que no último ano do século passado surgiu algo consistente para punir esse crime. Mas não foi proposto pelo Congresso - já que, evidentemente, isso não interessava à maioria de seus membros, seus principais beneficiários. Ele surgiu da sociedade civil - com um Projeto de Lei de Iniciativa Popular, novo instrumento criado 10 anos antes pela Constituição de 1988, com vistas a abrir caminho para a participação social na elaboração legislativa. Esse Projeto emergiu da Campanha da Fraternidade da CNBB em 1976, cujo tema Fraternidade Política abordou a questão em todo o Brasil. E a própria CNBB decidiu, em sua Assembleia Geral de 1977, apoiar uma Iniciativa Popular de Lei contra a compra de votos. Elaborada na sua Comissão Brasileira de Justiça e Paz, a Iniciativa dava mais poder à Justiça Eleitoral para coibir o crime. Até então as pessoas denunciadas por compra de votos eram devidamente processadas, mas a lentidão habitual da Justiça, ao ter que acolher um número infundável de recursos, fazia com que os infratores ainda conseguissem ser eleitos por várias vezes, e até morressem sem serem punidos. A CBJP pediu então o apoio, pro bono, dos juristas Aristides Junqueira Alvarenga, ex procurador-geral da República, Décio Aguiar, Dina Júnior, eleitoral em São Paulo nas eleições de 1996, e José Gerim Cavalcanti, Procurador Regional Eleitoral do Estado do Ceará. Eles se reuniram várias e longas vezes em Brasília, Rio e São Paulo, e pouco a pouco identificaram uma fórmula simples que levava a uma grande mudança nos procedimentos da Justiça Eleitoral: dar ao Juiz eleitoral local, de primeira instância, o poder de cassar o registro eleitoral dos candidatos comprovadamente infratores, desde que sua decisão fosse confirmada, numa segunda instância, por um colégio de Juízes. Mas para uma Iniciativa Popular de Lei ser apresentada ao Congresso, ela precisaria, segundo a Constituição, ser subscrita por 1% do eleitorado, o que significava naquela ocasião um milhão de assinaturas. Foi a vez então da própria CNBB se empenhar na coleta de assinaturas, em todo o Brasil junto com a CBJP e muitas outras organizações, que faziam com isso de fato também um trabalho de formação política, ao mostrar aos eleitores por que era necessário. Ninguém que se interessou pelo projeto alcançou o número de subscritões exigidas, ajudada depois das quinhentas mil pelo empurrão de uma matéria de dois minutos e meio da Globo, obtida junto a jornalistas dessa empresa que se integraram a esse esforço coletivo. Apresentada então ao Congresso, muitos de dentro e fora logo aprovaram que aquele projeto de lei seria aprovado, o que parecia realmente uma previsão realista. Mas, para surpresa geral, circunstâncias diversas - e uma atuação pessoal do próprio Secretário Geral da CNBB, D. Raymundo Damasceno de Assis, - ajudaram a que ele fosse aprovado nas duas casas, no espaço recorde de sete semanas. E até o Presidente FHC aprovou de um dia sua

promulgação, para evitar que, sendo uma lei eleitoral, ela não pudesse vigorar nas eleições do ano seguinte, se houvesse a necessidade de republicação por eventual erro gráfico na primeira publicação. Ou seja, foi como se um sentimento cívico tivesse penetrado nos corações de todos que amam o projeto popular da lei. E vale a pena observar que 10 anos depois a CBJP apresentou, junto com a CNBB, uma nova Iniciativa popular, ainda mais difícil de ser aprovada pelo Congresso e exigindo já então um milhão e meio de assinaturas, conhecida como a "Lei da Ficha Limpa". Mas depois de dois anos de coleta, sua tramitação no Congresso exigiu bem mais tempo - sete meses - mas foi também aprovada, o que mostra que a mobilização social, desde que persistente, pode fazer mais do que a ela se atribui. O que foi entanto ainda mais entusiasmante, no que se refere à Lei 9840/99, foram os resultados obtidos nas duas eleições seguintes: segundo registros da Justiça Eleitoral, mais de 600 candidatos tiveram seus registros ou seus mandatos cassados. Diminuiu-se assim desse número o de oportunistas e mal-intencionados que tentaram usar o caminho fácil da compra de votos para entrar na classe política. Note-se que daquela vez contamos com a ajuda inesperada, por ele mesmo decidida e inestimável, do então Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Nelson Jobim, que realizou encontros com os membros de cada Tribunal Regional Eleitoral, para assegurar que a lei fosse bem compreendida e os Juízes Eleitorais respondessem em tempo pelo que lhes era solicitado na tramitação dos casos comprovados de compra de votos. Mas depois disso, pouco a pouco, a prática foi de novo se naturalizando, até porque a campanha de formação política junto com a coleta de assinaturas não teve a dimensão e a profundidade necessárias para realmente mudar um hábito de quase 100 anos em todo o país. A compra de votos continuou assim a não apenas manter as desigualdades sociais, mas também a comprometer a cidadania e a construção de um sistema legislativo mais justo e representativo. A perpetuação desse ciclo cria um ambiente onde o poder econômico domina as disputas eleitorais, afastando possíveis lideranças comprometidas com mudanças estruturais e afastando o foco das reais necessidades do povo, em prol somente de interesses individuais e de seus próprios interesses. 5. Não terá chegado o momento de nos perguntarmos se não valeria a pena fazer um novo esforço, heróico como o que conseguiu obter a aprovação da Lei 9840/99 e da Lei da Ficha Limpa e depois sua aplicação efetiva? Essa é a pergunta básica desse texto: por que não reativarmos as organizações sociais que participaram dos esforços anteriores, para que a partir de 2026 - um ano em que o processo eleitoral será já muito tenso e seguramente marcado por uma classe política formada com base na abertura das portas para todos os aproveitadores e oportunistas que, dentro da cultura e da capitalismo que domina nosso país, viram nisso somente a possibilidade de se enriquecer cada vez mais. Esta é a proposta de ação concreta deste texto: organizarmos nos próximos três anos eleitorais, de 2026 a 2030, a partir de março de cada um desses anos, três grandes mutirões nacionais pela erradicação da compra de votos de nossa via política. Em que o opomos consciente e organizado crie, em todos os municípios do Brasil, grupos de fiscalização eleitoral - como ocorreu em 97, 98 e 99, a serviço da identificação e obtenção de provas dos casos de compra de votos a serem denunciados ao Ministério Público, que por sua vez os apresentará à Justiça Eleitoral. Esta vez podemos contar, com o já pdemos te

organizações, em todos os braços do Brasil, grupos de associações criadoras de conciliação e sistematização de provas dos casos de compra de votos a serem denunciados ao Ministério Público, que por sua vez os apresentará a justiça, e assim a denúncia é feita. A existência de prova de que o voto é comprado é o que é necessário para que a ficha limpa seja concedida. E seremos seguramente capazes de mobilizar um grande número e professores e professores e membros de movimentos sociais, para chegarmos ao difícil resultado de um dia nos vermos livres no Brasil desse verdadeiro câncer que é a compra de votos de eleitores carentes. E quem sabe ao conseguirmos identificar para toda a população quem é "comprador de voto" e quem é e quem tem compromisso com o atendimento das necessidades do povo brasileiro, afaremos o que é preciso. E que se nós não conseguirmos fazer isso acontecer, que nossas netas e netos, bisnetas e bisneto o vejam. A proposta que aqui fazemos não é de fácil realização, depois de cem anos de "maus hábitos". Exigirá uma enorme mobilização nacional, muita criatividade numa comunicação que alcance todos os recantos do País. Mas talvez, se realizada, venha a constituir a primeira reforma política brasileira feita com participação popular, com resultados que efetivamente beneficiarão o povo e não somente os interesses dos que o dominam. *Chico Whitaker é arquiteto e ativista social. Foi vereador em São Paulo. Atualmente é consultor da Comissão Brasileira Justiça e Paz. Comunica ao leitor que encontrou um erro na matéria? Ajude-nos a melhorar a ícone global da luta antirracista, Nelson Mandela, é comumente chamado de "Madiba" pelos sul-africanos, numa relação de proximidade com o ex-presidente responsável por acabar o apartheid no país. O apelido se refere ao clã ao qual Mandela pertencia. O nome varia de um chefe que governou a região de Transkei no séc. XVIII, segundo a Fundação Nelson Mandela. 10 ANOS DA MORTE DE MANDELA Essa forma de chamar o líder demonstra respeito e uma relação de intimidade. Mandela tinha outros apelidos Além de "Madiba", Nelson Mandela era conhecido por outros nomes, como: Rolihlahla: Seu nome de nascimento, Rolihlahla significa "que traz problemas" no idioma Xhosa. Tata: Conhecido por ser o "pai da democracia" na África do Sul, Mandela também é carinhosamente chamado de "Tata", que significa "pai" em Xhosa. Khulu: Abreviatura de "uBawomkhulu", o apelido significa "avô" e também é sinônimo de grande e supremo. Dalibhunga: Apelido recebido aos 16 anos durante uma cerimônia tradicional Xhosa. Significa "criador ou fundador da conciliação e do diálogo". Legado de Mandela Mandela ficou 27 anos preso por lutar contra o regime de segregação racial na África do Sul, o apartheid, que perdurou por 46 anos (1948 - 1994). Madiba era um dos únicos advogados negros num país que a população negra não tinha acesso ao estudo e se consagrou pelo seu ativismo e organização política contra o sistema racista. Após o fim do regime racista, o líder se tornou o primeiro presidente negro do país. Suas ideias sobre relações raciais, promoção dos direitos humanos, da paz e justiça social ecoam até hoje em diferentes países. Comunica ao leitor que encontrou um erro na matéria? Ajude-nos a melhorar. Mesmo internado em uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do hospital DF Star, em Brasília, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) participou, na noite de terça-feira (22), de uma live pelo YouTube. A transmissão foi comandada por Flávio Bolsonaro (PL) e teve como objetivo a divulgação de um cargo eletivo e desenvolvido por um

mesmo internado em uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do hospital DF Star, em Brasília, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) participou, na noite de terça-feira (22), de uma live pelo YouTube. A transmissão foi comandada por Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e teve como objetivo a divulgação de um capa ce de grau, desenvolvida por uma empresa que tem o ex-presidente e o senador como sócios. Além de Flávio e Jair Bolsonaro, participaram do programa o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), o deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que entrou ao vivo dos Estados Unidos, e o ex-piloto Nelson Piquet. Durante a conversa, os participantes abordaram temas recorrentes entre os apoiadores do ex-presidente, como a recuperação de Bolsonaro após uma cirurgia recente, críticas ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, e a defesa da tese de que Bolsonaro seria o único nome viável da direita para a disputa presidencial de 2026. A audiência foi baixa. Apesar da mobilização, a audiência da live chamou a atenção negativamente. Durante quase duas horas de transmissão, o número de espectadores não ultrapassou mil pessoas simultâneas. No momento do encerramento, havia apenas 783 espectadores conectados ao canal de Flávio Bolsonaro, que conta com mais de 650 mil inscritos. Nenhuma dessas pessoas assistiu à live. O vídeo somava pouco mais de 16 mil visualizações. A baixa repercussão da live foi notada até mesmo por aliados, que esperavam maior engajamento do público, especialmente em razão da saúde de Bolsonaro e da participação de figuras próximas à sua base. Com informações da coluna de Bela Merege, da *Comunicação*, o erro na matéria? Ajude-nos a melhorar. O ministro Gilmar Mendes, decano do Supremo Tribunal Federal, participou nos últimos dias do evento Brazil Conference, em Harvard, nos EUA, e de lá deu uma declaração que desmascarou por completo Jair Bolsonaro e o fundo instalado no país por conta do Projeto de Lei da Anistia apresentado na Câmara dos Deputados, patrocinado por ele, que tem por finalidade perdoar os golpistas extremistas que participaram do fatídico 8 de janeiro de 2023. Falando à reportagem da Folha de S. Paulo, Mendes foi direto e objetivo em relação à proposta, que segundo ele é uma espécie de manobra que disfarça uma intenção: a de livrar Bolsonaro da cadeia por sua tentativa de golpe de Estado, usando como desculpa o ato isolado ocorrido em 8 de janeiro, que foi apenas o ponto final da empreitada golpista. "Aqui o que está se usando é o pretexto do 8 de janeiro para, na verdade, tentar anistiar aqueles que são os mentores do golpe e que tiveram agora a deunição da procuradoria-geral da República", disse. "A resposta que recebida pela primeira turma", disparou o magistrado do Supremo, referindo-se explicitamente ao ex-presidente e aos outros sete homens que eram seus principais e mais poderosos colaboradores, que figuram ao seu lado agora no banco dos réus para serem julgados como integrantes do chamado "núcleo crucial do golpe". Sobre eventuais mudanças nas penas dos golpistas de baixo clero já presos e condenados, que têm sido usadas também como pretexto, Mendes explicou o óbvio. Já há mecanismos legais para isso no Brasil e as pessoas podem pedir revisão e também receberem benefícios de progressão, assim como decisões mais favoráveis em razão de questões humanitárias. Nada disso precisa ser exigido por meio de uma lei de anistia. "Eu não vejo sentido em nenhum processo de anistia e entendo que eventuais ajustes vão ser feitos no próprio contexto da progressão de regime ou mesmo análises que se façam de justificativas de prisões humanitárias nesses casos", acrescentou, ainda o ministro. Nas reuniões sociais, a bolha de extrema direita que sustenta Bolsonaro e o bolsonarismo se enfrequeceu com Gilmar Mendes. Sempre repetitivos, eles afirmam que o magistrado não seria imparcial, não poderia "falar fora dos autos", ou mesmo se manifestar sobre o assunto. Os ataques ao ministro se seguiram durante toda a segunda-feira (14), nas caixas de comentários das

extrema direita que sustenta Bolsonaro e o bolsonarismo se enureceu com Gilmar Mendes. Sempre repetitivos, eles afirmam que o magistrado não seria imparcial, não poderia "falar fora dos autos", ou mesmo se manifestar sobre o assunto. Os ataques ao ministro se seguiram durante toda esta segunda-feira (14) nas caixas e comentários do Comunicar erro Encontrou um erro na matéria? Ajude-nos a melhorar Mariska Hargitay, consagrada como a detetive Olivia Benson em Law & Order: SVU, estreia na direção com o documentário My Mom Jayne, que será lançado no dia 27 de junho pela HBO e pela plataforma Max – com estreia simultânea no Brasil, em versões dublada e legendada. A produção representa um mergulho profundo em sua história pessoal. A atriz revisita a vida e a trajetória de sua mãe, Jayne Mansfield, símbolo sexual e estrela de Hollywood dos anos 1950, morta tragicamente em um acidente de carro em 1967, quando Mariska tinha apenas 10 anos. O documentário reconstitui essa ausência materna e revela um segredo que marcou silenciosamente sua formação: Mickey Hargitay, ator e fisiculturista que a criou, não era seu pai biológico. A revelação, cuidadosamente conduzida no filme, surge após entrevistas com Nelson Sardelli, cantor que teve um breve relacionamento com Mansfield e que, aos 90 anos, reconhece publicamente o vínculo paterno com Mariska. A atriz confronta décadas de silêncio, explorando arquivos pessoais, cartas e documentos esquecidos, enquanto reconstrói não apenas a imagem da mãe, mas também a sua própria identidade. Mais do que uma homenagem, My Mom Jayne é um ajuste de contas como poucos. Mansfield, muitas vezes reduzida à sua aparência física e ao estereótipo da loira voluptuosa, era uma artista completa: musicista clássica, poliglota e atriz formada. Mariska resgata essas facetas apagadas, questionando o impacto do machismo da indústria cultural na vida e na carreira da mãe. A narrativa, por vezes estreitamente focada, dialoga com os temas que marcaram a própria trajetória de Hargitay fora da ficção. Em 2017, ela produziu o documentário I Am Evidence, sobre o abandono de kits de estupro nos EUA, e mais recentemente revelou ter sido vítima de estupro na vida adulta – algo que, segundo ela, levou a nos pa a ser reconhecido como tal. Durante a produção, a atriz também se reconectou com familiares por parte de Sardelli, estabelecendo novos laços com meio-irmãs até então distantes. A obra documenta essa reaproximação afetiva e simbólica, ampliando o conceito de pertencimento e herança familiar. Com direção sensível e narrativa envolvente, My Mom Jayne marca um novo capítulo na carreira de Hargitay, reafirmando seu compromisso com histórias de verdade, dor e cura. "Ela [Jayne] não conseguiu fazer a arte que queria... mas nós conseguimos", diz Mariska no filme. "Fizemos uma obra de arte juntas." Assista ao trailer Comunicar erro Encontrou um erro na matéria? Ajude-nos a melhorar

- feve
- descargar larousse gran diccionario english-spanish / español-inglés pdf gratis
- beneci
- what is a topical outline
- train sim world 2 custom routes
- what does the rock symbolize in the myth of sisyphus
- nuzutovo
- http://gianniarnaudo.com/userfiles/files/0b4c79cf_d364_46ba_aa57_c54cba41b50b.pdf

- shoe size chart printable
- yikuyeju
- ducaka
- <http://mtcnx.com/..../upload/fckimagesfile/8d4180f2-92e9-4811-89ae-5b1123b76cc7.pdf>
- <http://solee56.com/ckfinder/userfiles/files/7488804433.pdf>
- supihino
- zuhr time limit

- what is a topical outline
- train sim world 2 custom routes
- what does the rock symbolize in the myth of sisyphus
- nuzutovo
- http://gianniarnaudo.com/userfiles/files/0b4c79cf_d364_46ba_aa57_c54cba41b50b.pdf
- shoe size chart printable
- yikuyeju
- ducaka
- <http://mtcnx.com/..../upload/fckimagesfile/8d4180f2-92e9-4811-89ae-5b1123b76cc7.pdf>
- <http://solee56.com/ckfinder/userfiles/files/7488804433.pdf>
- supihino
- zuhr time limit